



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 26.09.2021

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

---

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

---

**1ª Questão** (25 pontos)

Na qualidade de Procurador do Estado, defenda, à luz das garantias constitucionais do processo, a limitação legal ao deferimento de medida liminar para a concessão de aumento ou extensão de vantagem ou pagamento de qualquer natureza a servidores públicos.

**2ª Questão** (25 pontos)

Em arbitragem na qual as partes pactuaram a exclusão da possibilidade de julgamento por equidade, o Tribunal Arbitral profere sentença arbitral sem a observância de precedentes previstos no artigo 927 do Código de Processo Civil.

Indique o(s) meio(s) adequado(s) para a impugnação da decisão e o(s) respectivo(s) fundamento(s).

**3ª Questão** (25 pontos)

O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública para a retirada de todos os oratórios religiosos localizados em praças públicas no Município do Rio de Janeiro, sob o fundamento da laicidade do Estado.

Ao analisar a petição inicial, o juiz julgou o pedido liminarmente improcedente por entender que a pretensão não encontrava fundamento jurídico mínimo na laicidade do Estado.

Comente a decisão sob o prisma processual.

**4ª Questão** (25 pontos)

Em sede de Mandado de Segurança, o juiz profere decisão liminar desfavorável à concessionária de serviço público estadual. A concessionária interpõe Agravo de Instrumento, que tem o seu efeito suspensivo indeferido pelo relator.

Intimada dessa decisão, a concessionária apresenta suspensão de liminar, que vem a ser deferida pelo Presidente do Tribunal competente.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 26.09.2021

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

---

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

---

A ação seguiu seu curso e, em grau de Recurso Especial, o Superior Tribunal de Justiça concedeu a segurança.

Antes de findo o prazo para interposição de Recurso Extraordinário pela concessionária, a parte autora deu início ao cumprimento da decisão de mérito.

Nesse cenário, examine os aspectos processuais relacionados:

- a) ao cabimento, à competência e à legitimidade ativa na suspensão de liminar;
- b) à possibilidade de cumprimento imediato da decisão do Superior Tribunal de Justiça.